Ata da Sessão Plenária ordinária nº 117 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, realizada no dia nove de julho do ano de dois mil e vinte e um, on-line, através da plataforma Zoom.

Às nove horas e sete minutos do dia nove de julho do ano de dois mil e vinte e um, de forma on-line através da plataforma Zoom, reuniu-se o Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC, em Sessão Ordinária número cento e dezessete. Presente a Presidente do CAU/SC, Arquiteta e Urbanista **PATRICIA FIGUEIREDO SARQUIS HERDEN**, os senhores Conselheiros Estaduais, Arquitetos e Urbanistas **FÁRIDA MIRANY DE MIRA, FRANCISCO RICARDO KLEIN, JANETE SUELI KRUEGER, MAURÍCIO ANDRÉ GIUSTI, RODRIGO ALTHOFF MEDEIROS** e **SILVYA HELENA CAPRARIO,** os suplentes de conselheiro, Arquitetos e Urbanistas **ANA CARINA LOPES DE SOUZA ZIMMERMANN, CARLA CINTIA BACK, GABRIELA FERNANDA GRISA, GABRIELA HANNA TONDO, JULIANA CORDULA DREHER DE ANDRADE** e **NEWTON MARÇAL SANTOS,** os empregados do CAU/SC, o Gerente Geral **JAIME TEIXEIRA CHAVES**, a Assessora Especial **LARISSA MILIOLLI,** o Gerente Administrativo Financeiro **FILIPE LIMA ROCKENBACH,** a Gerente Técnica **MARINA LAMEIRAS,** a Gerente de Fiscalização **MAYARA REGINA DE SOUZA SPENGLER**, a Assessora Jurídica **ISABEL LEAL MARCON LEONETTI,** os Advogados **CÍCERO HIPÓLITO DA SILVA JUNIOR** e **ISABELA SOUZA BORBA,** a supervisora de atendimento **NAYANA MARIA DE OLIVEIRA**, o Assistente Administrativo **FERNANDO VOLKMER** e a secretária **TATIANA MOREIRA FERES DE MELO.** Ressaltam- se as ausências justificadas dos conselheiros, Arquitetos e Urbanistas **CAMILA GONÇALVES ABAD, CARLA LUIZA SCHONS, CLÁUDIA ELISA POLETTO, DALANA DE MATOS VIANNA, EDUARDA FARINA, ELIANE DE QUEIROZ GOMES CASTRO, FELIPE BRAIBANTE KASPARY, JOSÉ ALBERTO GEBARA GOGLIARDO VIEIRA MARAGNO, KELLY CORREIA SYCHOSKI, ROSANA SILVEIRA E VALESCA MENEZES MARQUES.** Após a verificação e constatação da existência de quórum, a Presidente agradeceu a presença de todos, esclareceu o funcionamento do chat da reunião e lembrou da importância se identificar antes de qualquer contribuição. Após a execução do hino nacional, a Presidente apresentou a pauta da reunião, excluindo o item **6.3. Nota da Rede de Controle sobre a proposta de Emenda à Constituição Estadual – ALESC (Origem: Rede de Controle da Gestão Pública em Santa Catarina)** e incluindo os itens **6.8. Alteração da Lei Estadual nº 16.157-2013, que dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico** e **6.9. Sugestões de Aprimoramento do Processo Eleitoral do CAU**. A Conselheira Silvya contextualizou a situação e disse que acharia importante o CAU/SC apoiar a Nota da Rede de Controle do item 6.3, apesar da votação já ter acontecido na Assembleia. A Presidente sugeriu então que o item fosse mantido. Sem mais manifestações, a pauta foi encaminhada para votação e foi aprovada por unanimidade dos presentes com os votos favoráveis dos conselheiros Ana Carina, Carla, Fárida, Francisco, Gabriela Grisa, Janete, Juliana, Maurício, Newton, Rodrigo e Silvya e as ausências dos conselheiros Gabriela Tondo e Henrique. No item **4. Discussão e Aprovação de Ata da 116ª Plenária**, a Presidente apresentou a ata, que sem manifestações foi encaminhada para votação e aprovada com os votos favoráveis dos conselheiros Ana Carina, Carla, Fárida, Francisco, Gabriela Tondo, Janete, Juliana,

Maurício, Newton, Rodrigo e Silvya, as abstenções das Conselheiras Carla e Gabriela Grisa e a ausência do Conselheiro Henrique. No item **5. Comunicados**, a Presidente explicou que o tempo de fala de cada relato estaria limitado a cinco minutos, prorrogáveis por mais cinco, conforme o artigo 47 do Regimento Interno do CAU/SC. No item **5.1. Comunicado do CEAU,** em função das ausências justificadas dos coordenadores, a Assessora Larissa fez a leitura da súmula da última reunião. No item **5.2. Relato dos Coordenadores das Comissões Ordinárias**, no **Relato da Comissão Especial de Política Urbana e Ambiental**, a coordenadora Janete informou as indicações dos representantes realizadas no último mês. Informou que a comissão estava organizando os eventos dos "Vinte anos do Estatuto da cidade" e do "Patrimônio Histórico", e que o orçamento foi reorganizado. Explicou que em função desses trabalhos, a comissão ainda não havia se dedicado às Câmaras Temáticas. Relatou que foi discutido sobre o MEI para arquitetos. O Conselheiro Rodrigo pediu para que constasse em ata um relato sobre sua participação em um programa em rede de televisão aberta, para falar sobre demolição em áreas de risco, onde em nome do Conselho expôs uma opinião da forma mais técnica possível, destacando a importância da ATHIS se tornar em uma política do estado. A Presidente registrou a chegada do Conselheiro **HENRIQUE RAFAEL DE LIMA.** No **Relato da Comissão Ordinária de Ensino e Formação**, a Conselheira Fárida falou que foram apresentados os resultados das palestras CAU nas Escolas. Informou da nova liminar que exigiria o aceite de registros de cursos EaD. Informou que foi encaminhado para a GERAF os materiais para elaboração do edital da Premiação Acadêmica, que será lançado juntamente da primeira etapa do Encontro dos Coordenadores. O Conselheiro Rodrigo ressaltou a importância do Projeto CAU nas Escolas. No **Relato da Comissão Especial Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social,** o coordenador Maurício informou do lançamento da Capacitação Online em ATHIS no dia vinte de agosto. Falou que o edital de Concurso Público em ATHIS estava sendo analisado pelo jurídico. No **Relato da Comissão Ordinária de Exercício Profissional,** a Conselheira Ana Carina fez a leitura da súmula da última reunião. No **Relato da Comissão Ordinária de Organização, Administração e Finanças,** a Conselheira Silvya apresentou a pauta da última reunião da comissão e fez um breve relato das discussões. Informou da aprovação do relatório gerencial do Gerente Filipe. No item **5.3. Relato da Presidência**, a Presidente relatou sua reunião com o IMA, destacando a importância de o Conselho debater mais assuntos sobre meio ambiente e disse que um termo de cooperação estaria sendo firmado com o Instituto. Falou da reunião para firmar termo de cooperação com a Rede Catarinense de Inovação e da reunião com o Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social de Florianópolis. Informou que a próxima reunião do Fórum de Presidentes aconteceria de forma híbrida e que o CAU/BR estava programando uma retomada do presencial, de forma híbrida, a partir de setembro. Registrou que aconteceria a primeira reunião da Câmara Temática de BIM. No item **5.4. Relato da Conselheira Federal**, a Conselheira Federal Daniela Pareja Garcia Sarmento destacou a entrega do plano de ação com algumas ações que já vem sendo implementadas e que foi apresentada a reprogramação orçamentária. Salientou que o material foi amplamente discutido com o Fórum de Presidentes e em plenária, onde houve um pedido de vista, expondo que assim que houvesse um retorno a força-tarefa continuaria. Explicou que até setembro seria feita uma consulta pública para melhorias das interfaces do SICCAU. Relatou as ações e agendas com relação a ATHIS. Relatou as discussões sobre o Salário Mínimo Profissional frente a nova legislação. Sobre a CPFi, destacou a revisão da Resolução nº 193. Informou do aceite para o agendamento da

audiência pública para discussão do Sítio Histórico do Rio da Luz. O Conselheiro Rodrigo pediu a palavra para fazer alguns questionamentos à Conselheira Federal e a Presidente orientou que os questionamentos fossem feitos ao final da reunião. A Conselheira Silvia pediu a palavra e fez um relato da Comissão Temporária de Patrimônio, onde informou foi elaborado um plano de trabalho e uma agenda para a comissão. Informou que foi feita uma atualização dos trabalhos realizados nas gestões anteriores e que todas as informações estariam no site do CAU/SC. Relatou a consolidação do plano de necessidades e os próximos passos a serem dados. A Conselheira Fárida questionou à Presidente se os questionamentos do Conselheiro Rodrigo não deveriam ser realizados aquele momento, uma vez que a Conselheira Federal ainda estaria na reunião e poderia esclarecê-los. A Presidente informou que a Conselheira Federal já havia deixado a reunião e que provavelmente tinha outro compromisso. O Conselheiro Rodrigo respondeu que, em teoria, a Conselheira Federal era convidada para toda a reunião, concordando com a Presidente de que o rito da reunião deveria ser mantido e assim seu questionamento feito no item 7 da pauta. Registrou que a Conselheira Federal se ausentou porque ela quis e que gostaria de fazer seus questionamentos com sua presença. No item **6. Ordem do Dia**, a Presidente explicou que estaria limitado a duas manifestações para cada conselheiro de até 3 minutos para cada matéria, conforme o art. 54, III, do Regimento Interno do CAU/SC. No item **6.1. Recomendação sobre projetos de lei que visem alterar o Plano Diretor de Florianópolis (Origem: Deliberação nº 023/2021-CPUA-CAU/SC),** o Conselheiro Newton apresentou o item. A Conselheira Carla sugeriu questionar como estaria sendo a participação popular e que existiriam denúncias de que esse processo não estaria sendo participativo. O Conselheiro Newton explicou que o documento contemplava essas questões, mas de forma branda. A Conselheira Carla registrou que na sua opinião deveria contar explicitamente que o CAU havia recebido essas denúncias. A Conselheira Janete explicou que o debate vem sendo feito para o caso específico de Florianópolis, mas que o CAU/SC tem recebido mensagens de diversos municípios, com ideias bastante divergentes. Esclareceu que a CPUA orientava que todos os assuntos fossem tratados conforme previsto na legislação, de forma coletiva, idônea e democrática e de forma que não prejudicasse a população local. A Conselheira Fárida concordou com a inclusão sugerida pela Conselheira Janete. Sem mais manifestações, a Presidente encaminhou para votação a proposta de deliberação plenária apresentada, que foi aprovada com os votos favoráveis dos conselheiros Francisco, Gabriela Grisa, Henrique, Janete, Maurício, Newton, Rodrigo e Silvya, o voto contrário da Conselheira Carla, as abstenções das conselheiras Ana Carina, Fárida e Gabriela Tondo e a ausência da Conselheira Juliana. No item **6.2. Participação do CAU/SC no 27° Congresso Mundial de Arquitetura e Urbanismo (Origem: Deliberação nº 023/2021-CD-CAU/SC),** a Presidente apresentou o item. O Conselheiro Newton sugeriu consultar o interesse dos conselheiros em participar, antes de realizar a compra. O Gerente Jaime sugeriu estipular um prazo para resposta. A presidente determinou que as respostas dos conselheiros deveriam ser encaminhadas até o dia doze de julho. Sem mais manifestações, a Presidente encaminhou para votação a proposta de deliberação plenária apresentada, que foi aprovada por unanimidade dos presentes com os votos favoráveis dos conselheiros Ana Carina, Carla, Fárida, Francisco, Gabriela Grisa, Gabriela Tondo, Henrique, Janete, Francisco, Maurício, Newton, Rodrigo e Silvya e a ausência da Conselheira Juliana. No item **6.3. Nota da Rede de Controle sobre a proposta de Emenda à Constituição Estadual – ALESC (Origem: Rede de Controle da Gestão Pública em Santa Catarina),** a Assessora Isabel apresentou o item. O

Conselheiro Rodrigo questionou se mesmo tendo sido votada, a Rede ainda solicitou esse apoio e a Conselheira Silvya disse que seria muito importante que o CAU se juntasse as demais entidades da Rede de Controle, citando cada uma delas. O Conselheiro Rodrigo disse que, com sua experiência como gestor público, era a favor da transferência, explicando que traria certa desburocratização. A Presidente solicitou que fosse incluído na minuta de deliberação o fato de que a PEC já havia sido aprovada. Sem mais manifestações, a Presidente encaminhou para votação a proposta de deliberação plenária apresentada, que foi aprovada com os votos favoráveis dos conselheiros Carla, Fárida, Gabriela Grisa, Gabriela Tondo, Henrique, Janete, Newton e Silvya, o voto contrário do conselheiro Rodrigo e as abstenções dos conselheiros Ana Carina e Francisco e as ausências da Conselheira Juliana. No item **6.4. Proposta de alteração da Portaria Normativa CAU/SC nº 01/2017, que regulamenta o processo administrativo de cobranças no CAU/SC (Origem: Deliberação nº 011/2021-COAF-CAU/SC),** o Gerente Filipe apresentou o item. Sem manifestações, a Presidente encaminhou para votação a proposta de deliberação plenária apresentada, que foi aprovada por unanimidade dos presentes com os votos favoráveis dos conselheiros Ana Carina, Carla, Fárida, Francisco, Gabriela Grisa, Gabriela Tondo, Henrique, Janete, Juliana, Maurício, Newton, Rodrigo e Silvya. No item **6.5. Proposta de criação de Função Gratificada (alteração da Deliberação Plenária nº 161/2017 do CAU/SC) (Origem: Deliberação nº 014/2021-COAF-CAU/SC),** a Presidente e o Gerente Jaime apresentaram o item. A Conselheira Carla disse que achava que a função gratificada deveria ser aprovada paralelamente a reprogramação orçamentária. Questionou se havia alguma solicitação dos demais funcionários e se estava sendo considerados os gastos, uma vez que se se falou da retomada de reuniões presenciais. A Presidente esclareceu que a decisão da criação do cargo foi analisada no pior dos cenários e ainda sim foi viável a criação. O Conselheiro Rodrigo questionou se havia passado pela COAF e a Conselheira Silvya explicou que foi aprovado na comissão. A Conselheira Fárida questionou se não haviam reinvindicações coletivas, sugerindo que estas fossem priorizadas. O Gerente Jaime explicou que a Função Gratificada não havia sido reivindicada pelos funcionários, mas que havia a previsão da criação da vaga desde a gestão passada, não alterando o orçamento. Destacou que a criação da vaga não implicaria em nomeação imediata. Relatou que haviam demandas coletivas que estariam sendo negociadas e que caso necessário seriam encaminhadas para apreciação do plenário. Destacou que o reajuste salarial havia sido concedido. Explicou que reinvindicações de aumento real de valores não haviam sido recepcionadas pelo Conselho Diretor, assim como no ano de dois mil e vinte. Informou que as demandas que não importavam em valores estariam sendo negociadas. O Gerente Filipe explicou que a aprovação abriria a possibilidade de uma nova despesa, o que não garantia que seria uma despesa. Explicou que a reprogramação orçamentária viria no momento seguinte. A Presidente enfatizou que os valores que seriam destinados à uma função gratificada seria incomparável aos gastos de concessões coletivas. O Gerente Jaime destacou que uma função gratificada não seria um benefício e que resultaria em mais trabalho para um funcionário, que poderia ou não aceitar a função. Expôs que os ajustes no orçamento estariam prevendo a retomada dos trabalhos presenciais. Sem manifestações, a Presidente encaminhou para votação a proposta de deliberação plenária apresentada, que foi aprovada por unanimidade dos presentes com os votos favoráveis dos conselheiros Ana Carina, Carla, Fárida, Francisco, Gabriela Grisa, Gabriela Tondo, Henrique, Janete, Juliana, Maurício, Newton, Rodrigo e Silvya. Foi feito um intervalo de uma hora. Retomada a reunião, no item **6.6. Proposta de alteração da**

Portaria Normativa CAU/SC nº 06/2017, que dispõe sobre as substituições temporárias de pessoal efetivo em razão de afastamentos legais (Origem: Deliberação nº 013/2021-COAF-CAU/SC), o Gerente Filipe apresentou o item. Sem manifestações, a Presidente encaminhou para votação a Filipe proposta de deliberação plenária apresentada, que foi aprovada por unanimidade dos presentes com os votos favoráveis dos conselheiros Carla, Fárida, Francisco, Gabriela Grisa, Gabriela Tondo, Henrique, Janete, Juliana, Maurício, Newton, Rodrigo e Silvya e a ausência da Conselheira Ana Carina. No item **6.7. Apresentação da Medida Provisória 1.040/2021 (PLV nº 15/2021) e emendas acatadas pelo seu relator na Câmara dos Deputados (Origem: PRES-CAU/SC),** o a Assessora Isabel fez a apresentação do item. A Conselheira Janete disse que o PL prejudicaria todos os Conselhos. A Conselheira Carla questionou o que estaria sendo encaminhado para votação e a Presidente esclareceu que se tratava de apenas uma apresentação. Explicou que o CAU/BR se posicionou e o CAU/SC apenas repostou. A Conselheira Silvya disse que em sua opinião o CAU/SC deveria se pronunciar e a Conselheira Gabriela concordou dizendo que o CAU/SC não deveria se omitir. O Conselheiro Newton sugeriu que fosse encaminhado o item para a CEP, para que a comissão fizesse uma análise para trazer para o plenário. O Gerente Jaime alertou que não daria tempo de voltar ao plenário. A Presidente encaminhou para votação a formulação de um documento durante a reunião ou se encaminharia para a CEP para que a comissão desse os encaminhamentos. O Conselheiro Newton retirou sua sugestão. O Gerente Jaime sugeriu encaminhar para votação o apoio desse manifesto unificado exposto pelos Conselhos Federais. Sem mais manifestações, a Presidente encaminhou para votação a proposta de deliberação plenária apresentada, que foi aprovada por unanimidade dos presentes com os votos favoráveis dos conselheiros Ana Carina, Carla, Fárida, Francisco, Gabriela Grisa, Gabriela Tondo, Henrique, Janete, Juliana, Maurício, Newton, Rodrigo e Silvya e as ausências dos Conselheiros Francisco e Juliana. No item **6.8. Alteração da Lei Estadual nº 16.157-2013, que dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico**, a Presidente contextualizou o item e o Conselheiro Newton fez a apresentação. Sem manifestações, a Presidente encaminhou para votação a proposta de deliberação plenária apresentada, que foi aprovada por unanimidade dos presentes com os votos favoráveis dos conselheiros Carla, Fárida, Francisco, Gabriela Grisa, Gabriela Tondo, Henrique, Janete, Juliana, Maurício, Newton, Rodrigo e Silvya e a ausência da Conselheira Francisco, Henrique e Juliana. No item **6.9. Sugestões de Aprimoramento do Processo Eleitoral do CAU**, a Presidente explicou que o item não seria encaminhado para votação. Explicou que o Advogado Cícero, assessor da última comissão eleitoral, havia elencado algumas sugestões, mas que estaria aberto para contribuição dos conselheiros. O Gerente Jaime sugeriu estabelecer o prazo de nove de agosto para o envio das sugestões dos conselheiros. A Presidente sugeriu o prazo de trinta e um de julho. No item **7. Comunicações dos Conselheiros e assuntos de interesse geral**, o Conselheiro Rodrigo solicitou registro de sua fala com algumas perguntas destinadas a Conselheira Federal. Questionou qual foi o evento citado por ela em seu relato de Planos de Política Habitacional em Santa Catarina, quando foi o evento, como foi feito o convite e solicitou que fossem relacionados os resultados práticos. Sobre o SICCAU, informou que havia acompanhado a última plenária do CAU/BR, onde foi feito um pedido de vista. Registrou que se preocupou muito com a fala da Conselheira Federal, quando disse que “o plano para reestruturação do SICCAU foi apresentado na última plenária, no valor de dez milhões de reais”, no sentido de que haviam sido dois milhões, mais cinco, mais três no

final da gestão e que não havia sido aprovado pela plenária federal me função do plano estar obscuro, faltando transparência. Relatou que foi pedido vistas na última reunião, onde um conselheiro se manifestou dizendo: “Parece que nós aqui no CAU/BR estamos dando continuidade à caixa preta de investimentos do CAU/BR”. O Conselheiro Rodrigo solicitou explicações da Conselheira Federal, afirmando que ela seria coordenadora do planejamento do SICCAU. Solicitou esclarecimentos do motivo do pedido de vistas e a situação desse processo. Registrou sua preocupação com esse gasto de dez milhões de reais, apresentados em um planejamento de forma obscura, conforme havia ouvido no plenário. A Conselheira Gabriela Grisa, explicou que havia participado do evento citado, como funcionária pública e esclareceu ao Conselheiro Rodrigo que foi uma Formação Inicial de Gestores e Diretores de Política Habitacional, promovida pela FECAM e que a Daniela havia sido convidada pela própria FECAM para participar desse evento. O Conselheiro Rodrigo questionou se a Daniela havia participado como pessoa física e a Conselheira Gabriela explicou que ela estava como Conselheira Federal do CAU e que a CATHIS estava ciente. O Conselheiro Rodrigo agradeceu os esclarecimentos mas disse que gostaria de uma resposta da Conselheira Federal. A Conselheira Gabriela falou que, sobre o relato do Conselheiro Rodrigo de ter aparecido em uma reportagem representando o CAU, achava complicado um conselheiro se manifestar sobre um assunto polêmico, falando em nome do Conselho, sem ter discutido o tema na plenária. Citou temas discutidos e aprovados em plenária antes de um posicionamento oficial do CAU e que as manifestações deveriam ser claras quando feitas em nome do Conselho, em nome de uma Comissão ou opinião própria. Registrou que não concordava com todas as posições que o Conselheiro Rodrigo havia tido na entrevista, destacando que respeitava sua opinião, apenas não deveria ter sido falado em nome do Conselho sem uma discussão prévia. O Conselheiro Newton agradeceu o esforço de todos para a realização do concurso da CEF. Explicou que o relato da comissão foi feito pela Conselheira Fárida em função da ausência do Conselheiro Rodrigo na reunião da CEF. Pediu para que todos os conselheiros divulgassem o concurso. O Conselheiro Rodrigo esclareceu que, de maneira muito responsável, havia sido contatado na véspera da entrevista e que a burocracia não o impediria de discutir um assunto muito claro, explicando que não daria tempo de discutir o tema em plenário previamente. Relatou que se nivelou para evitar excessos de opinião pessoal, se nivelou com a Jornalista Erica e que repetiria o que havia falado na entrevista de maneira muito responsável e consciente em nome de um grupo: “O Conselho Estadual de Arquitetura e Urbanismo, e eu falando em nome do Conselho, somos contra invasões em áreas de risco, em áreas de APP que causem riscos à vida das pessoas” e que “Queremos transformar a lei da ATHIS (10257/2021) em política nacional e em política de Estado, e não política de governo. ” Disse que se o CAU fosse a favor de desrespeitar lei e apoiar invasões em áreas de APP, retiraria o que havia falado e que falaria por ele. A Conselheira Fárida citou itens da presente reunião, onde foram discutidas algumas questões em plenário, antes de torná-las um posicionamento do CAU, enfatizando que nenhuma delas poderia ser um posicionamento do Conselho antes da discussão. Citou um trecho do Código de Ética, dizendo não poderia ter havido um posicionamento em nome do CAU. Questionou qual o nome do evento que o Conselheiro Rodrigo havia participado, como foi o convite e quem autorizou que ele falasse em nome do CAU sobre esse assunto. Destacou que vários conselheiros discordavam do que havia sido dito e que em nome do CAU só poderia ser falado após aprovação do posicionamento em plenária. Disse que a Conselheira Federal não teria obrigação de acompanhar toda a reunião e que os questionamentos deveriam ter sido feitos em seguida do seu relato. A

Presidente disse que os meios de comunicação procuravam o CAU em todas as gestões para tratar de assuntos diversos, que muitas vezes não haveria tempo hábil para trazer para a plenária e que muitas vezes quando um conselheiro era chamado ele precisaria estar vinculado a um órgão compatível com a informação que ele iria fornecer. Explicou que nesses casos o conselheiro fala em nome próprio e em baixo fala que ele faz parte, neste caso, da CPUA. Lembrou de um caso similar, quando foi solicitado uma compreensão do Conselho sobre a instalação de uma loja Havan em Blumenau, onde não houve teve tempo hábil de discutir em plenária, foi tratado apenas o âmbito da CPUA e que quando foi dado retorno ao solicitante, foi bem claro que era uma posição da CPUA. Enfatizou que quando o conselheiro se pronunciou, ele pronunciou como Arquiteto Rodrigo Althoff, conselheiro da CPUA, como já aconteceu em vários momentos no passado. Lembrou que nessa gestão teve também conselheiro dando entrevista sobre o novo plano diretor de São José, uma vez que acompanhava o assunto por morar na região. Ressaltou a importância de haver um alinhamento da compreensão e da responsabilidade a respeito das falas, mas enfatizou que era óbvio que foi um pronunciamento do Arquiteto e Urbanista Rodrigo Althoff, que faz parte da CPUA. Solicitou certa compreensão do plenário sobre os momentos que vivemos e explicou que tudo foi amparado pela Assessoria de Comunicação. O Conselheiro Rodrigo agradeceu a fala da presidente e repetiu que sua a experiência de vida na área pública levava-o a saber o que dizer. Registrou que falaria onde fosse preciso que: “Nós, conselheiros estaduais, a nossa profissão é contra invasões irregulares em áreas de risco que bote a vida daquele que vive à margem da sociedade em risco. E transformar a ATHIS em política de Estado”. Sugeriu uma reunião plenária extraordinária para discussão do tema caso alguém fosse contrário a essa fala. Enfatizou que falou em seu nome, mas se necessário falaria em nome do CAU, que era a favor da legislação, que invadir área de risco era crime e que não precisaria consultar os demais para poder responder em nome da legalidade, do estado de direito e da democracia. O Conselheira Carla registrou que no início da reunião o Conselheiro Rodrigo havia colocado que fez a entrevista em nome do CAU e que não foi como colocado pela presidente, que disse que ele foi como pessoa física. Disse que na sua opinião, o mais grave foi que na gestão passada havia uma relação muito boa com o Ministério Público e que na sua colocação, foi questionada uma ação da Defensoria Pública, criando um constrangimento perante esse relacionamento com o MP. Destacou que todos tinham o direito de se posicionar como pessoa física. Destacou que o Ministério Público sempre foi um parceiro do CAU com relação a ATHIS. O Conselheiro Rodrigo respondeu que a fala da Conselheira Carla teve muito bom senso e disse que como pessoa física, trabalhava com o Ministério Público e com a Corregedoria há mais de quinze anos e que o trabalho do MP fortalecia a ação do urbanista, a atuação profissional, uma vez que faz cumprir a legislação. Afirmou que não houve constrangimento algum uma vez que o MP era contra invasões irregulares em áreas de risco. Relatou que o presidente da Escola do Ministério Público era um conhecido pessoal, pessoa que ele conversa sobre o tema e que assim não causou constrangimento algum. Disse que cada vez mais o CAU deve próximo do MP, porque ele defende a atuação profissional do arquiteto e urbanista, que vai sempre em busca de lei. Lembrou que as áreas de APP e de risco não poderiam ser invadias e que se houvesse risco, o cidadão carente ia morrer, citando o caso que ocorreu no Rio de Janeiro, onde um prédio feito irregularmente caiu. Posto isso, questionou se o CAU era a favor de prédios construídos irregularmente, salientando que o CAU era a favor da RRT, da legislação e que assim o MP era um defensor e colaborador do CAU/SC. A Conselheira Fárida disse que o assunto estaria em discussão e que não poderia ser

recortado. Relatou que não foram esses os termos colocados na entrevista. Pediu respeito na sua fala, para que fosse sem interrupções. Disse que o conselheiro falou em nome do CAU, que se tratava de um assunto difícil de ser abordado e que não poderia ser feito dessa forma. Pediu respeito nas falas e pelo CAU. Registrou que seu posicionamento era a favor do estado de direito. No item **8. Apresentação dos Áreas Internas do CAU/SC,** no item **8.1. Relato da Gerência Administrativa e Financeira,** o gerente Filipe apresentou os dados do mês de junho com relação a gestão de pessoas e fez um relato sobre compras, contratos e licitações. Apresentou os resultados da gestão financeira do mês anterior. No item **8.3. Relato da Gerência Técnica**, a Gerente Marina apresentou os dados da gerência e do atendimento do mês de junho. No item **8.4. Relato da Gerência Fiscalização,** a Gerente Mayara apresentou os dados e atividades da fiscalização do mês de junho e os dados acumulados do ano. No item **8.2. Relato da Assessoria Especial,** a Assessora Larissa apresentou as informações sobre a assessoria, comunicação e eventos do CAU/SC do mês de junho. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião às catorze horas e cinquenta e um minutos. Para constar, eu, Tatiana Moreira Feres de Melo, secretária do CAU/SC, lavrei a presente ata que será rubricada em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim e pela Presidente para que reproduza os efeitos legais.

Patrícia Figueiredo Sarquis Herden
Presidente do CAU/SC

Tatiana Moreira Feres de Melo
Secretária do CAU/SC